

AI Nº - 269283.0021/02-8
AUTUADO - J ANTONIO SILVA
AUTUANTE - DILSON MILTON DA SILVEIRA FILHO
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
INTERNET-16.04.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0114-01/03

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Recolhimento do imposto antes da formalização do procedimento fiscal. Auto de Infração IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 06/11/02, cobra ICMS no valor de R\$460,00, acrescido da multa de 50%, pela falta de recolhimento do imposto, no prazo regulamentar, na condição de empresa de pequeno porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS - SIMBAHIA (set/02).

O autuado impugnou o lançamento (fl. 13), afirmando que em 27/02/03 tomou ciência do Auto de Infração que cobrava o imposto do mês de setembro de 2002, com vencimento em outubro do mesmo ano. Acontece que ainda não tendo conhecimento do Auto de Infração, já havia recolhido o referido imposto com o seu respectivo acréscimo moratório.

Neste contexto, entendeu que o Auto de Infração já se encontrava quitado.

O autuante (fl. 19) observou que, embora o contribuinte tenha recolhido o imposto, o havia feito após ação fiscal. Portanto, a multa ainda era devida.

VOTO

A ação fiscal cuida da cobrança do imposto que deixou de ser recolhido, pelo contribuinte, no mês de setembro de 2002.

Em 21/10/02, o Inspetor da INFAZ GUANAMBI expediu intimação (fl. 8) ao sujeito passivo para recolher ao Erário, no prazo improrrogável de 24 horas, sob pena de lavratura do Auto de Infração, a quantia de R\$460,00 relativa ao imposto do mês de setembro de 2002. O contribuinte recebeu o comunicado em 23/10/02. Em 01/11/02 foi expedida Ordem de Serviço nº 527521/02 (fl. 7) para que fosse lavrado o Auto de Infração, conforme realizado em 06/11/02.

O autuado, em 14/01/03, quitou o débito, com os acréscimos moratórios e, em 27/02/03 tomou ciência do lançamento fiscal. Como recolheu o imposto antes de tomar ciência do Auto de Infração entendeu que não era devida a multa aplicada, o que foi contestado pelo autuante.

Apesar do contribuinte ter sido intimado a efetuar o recolhimento do imposto em 23/12/02 e o Auto de Infração ter sido lavrado em 06/11/02, o sujeito passivo somente tomou ciência deste em 27/01/03, ou seja, quase 70 dias após a sua lavratura. Assim, o pagamento efetuado (14/01/03) antes do

conhecimento da existência do Auto de Infração deve ser entendido como espontâneo. Ressalto, inclusive, que não existe, nos autos, qualquer justificativa a demonstrar motivo impeditivo do contribuinte ter recebido, no prazo regulamentar, cópia do Auto de Infração.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269283.0021/02-8**, lavrado contra **J. ANTONIO SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de abril de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR